



1 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, em primeira chamada às quatorze horas e nove minutos, segunda chamada
2 às quatorze horas e quinze minutos iniciou-se se na Câmara Municipal de Maricá de forma presencial a reunião do CMS-Maricá com os seguintes
3 conselheiros Titulares: Bruno de Souza Lougon, Jorge Alberto Rispoli, Anna Maria de Carvalho Quintanilha, Juliana Nogueira dos Santos,
4 Antônio Carlos do Rego e Souza, Marcos de Souza Pires, Rose Mary de Melo Bruce, Antônio Carlos Cunha, Eliane Fontes de Araújo, Leila
5 Maia da Silva, João Batista Lins Guilhermino, Adriana Domingues Picanço e Denise Marchon Tinoco. Suplente: Claudia Rogéria de Lima Souza,
6 Vicente Raimundo da Silva, Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia, Moisés Antônio de Melo Abrão, Danielle Torres Xavier, Ana Mayda
7 Ordonez Vieira, Renata do Nascimento Frazão, Igor da Silva Rodrigues e Flávia Cardoso Gomes Canella. O Presidente abre a reunião verificando
8 o quórum necessário para a realização da mesma, com a seguinte pauta: 01-Apreciação e votação da Ata anterior; 02-Citação dos Ofícios
9 recebidos e enviados; (Já enviado);03-Apresentação do Relatório do 3º quadrimestre de 2023;04-Apresentação e Aprovação do Plano de
10 Municipal de Contingência de Enfrentamento às Arboviroses Transmitidas Pelo Aedes Aegypti, Dengue, Febre do Chikungunya e Zika Vírus;05-
11 Apresentação e Aprovação da Resolução da Criação da CISTT, 06-Aprovação da realização do Fórum Municipal de Gestão do Trabalho e da
12 Educação na Saúde,07-Resposta sobre o Planejamento de Oncologia e Oftalmologia do Município;08-Resposta sobre os Protocolos de
13 Atendimento nas Unidades de Saúde do Município;09-Apresentação e Aprovação do novo logo do CMS-Maricá refeita; 10-Sugestão de pautas
14 para Próxima Reunião; 11-Informes gerais. O Presidente lê as Justificativa de falta dos Conselheiros Justificativa de falta: Edson por motivo de
15 doença, Rodrigo Cantini por motivos pessoais e Marcelo Rosa por motivo de consulta médica. O Presidente diz que devido a pauta está bem
16 extensa que o tempo de fala de cada Conselheiro será de 02(dois) minutos e que não haverá replica e nem tréplica. **Primeiro ponto da pauta:**
17 Apreciação e votação da Ata anterior janeiro. O Presidente pergunta se todos os Conselheiros receberam as atas e se tem alguma ponderação.
18 Coloca em votação Ata janeiro, foram aprovadas por unanimidade. **Segundo ponto da pauta:** Citação dos Ofícios recebidos e enviados. O
19 Presidente diz que já foram enviados pelo grupo do WhatsApp para ser mais cérele a leitura, só que recebemos um protocolo de um ofício agora
20 e faz a leitura Ofício nº 182SMS/2024 da Secretaria de Saúde apresentando a atual Secretária de Interina de Saúde de Maricá, Dra. Juliana
21 Nogueira dos Santos e dá as boas-vindas a Doutora Juliana para ocupar a cadeira da Gestão. Passa a palavra para Doutora Juliana para que se
22 apresente. A Dra. Juliana diz que é com muito prazer que nós estamos aqui à frente nesse momento novo, que foi conduzida pela própria gestão
23 do município com muito carinho para estar assumindo e dando continuidade a essa gestão, essa pasta, porque nós temos prioridades máximas
24 para dar continuidade e com isso passaremos a assumir essa responsabilidade que não é responsabilidade de uma única pessoa, é uma
25 responsabilidade do coletiva, da Construção de um todo e esse Conselho Municipal de Saúde é de fundamental importância para trazer todo o
26 sedimento para as decisões de saúde, de estar dentro do contexto que nós olhamos para o nosso sistema único de saúde por décadas construído,
27 em processo de consolidação em muitas questões. Nós olhamos para a Participação Popular como algo de fundamental importância para a
28 construção da saúde dos nossos municípios, do Estado e do nosso país. Então quero deixar aqui o meu agradecimento também a esse Conselho
29 do qual participei como ouvinte já há um ano e seis meses e também gostaria de trazer aqui mais à frente uma fala de uma mensagem da Dra.
30 Solange, agradeço a todos, muito obrigada. O Conselheiro Cunha fala para o Presidente que deverá haver o tempo de 02(dois) minutos para todos
31 e que todos temos que ter o mesmo direito, todos somos Conselheiros, então a Dra. Juliana terá os mesmos 02(dois) minutos de tempo dela pra
32 falar. O Presidente responde ao Conselheiro Cunha que não estamos falando aqui em pauta, agora Conselheira está se apresentando para o
33 Conselho como a chefe da Secretaria de Saúde, então é de bom tom que ouçamos a fala dela. O Conselheiro Cunha diz que na mensagem que
34 ela vai ler da Dra. Solange use os seus 02(dois) minutos. O Presidente responde que sim, que acolhe a solicitação do Conselheiro, recomenda
35 que a nova Secretária faça e use os dois minutos do seu tempo de fala, mas no mínimo que sejamos cortês com a chegada de uma nova
36 Conselheira no Conselho. O Conselheiro Cunha diz que não está falando da apresentação dela, está falando da réplica dela e que você também
37 nos corrigiu. O Presidente passa a palavra para a Doutora Juliana, a senhora tem dois minutos. A Dra. Juliana pede desculpa, diz que gostaria de
38 trazer para os Conselheiros um texto redigido pela Dra. Solange e assim faz a leitura. Ofício nº 120/SMS/2024 da Secretaria de Saúde
39 encaminhando o 3º quadrimestre do exercício de 2023, Ofício nº 129/SMS/2024 da Secretaria de Saúde solicitando inclusão na pauta a
40 Apresentação do Relatório do 3º quadrimestre d 2023, Ofício nº 130/SMS/2024 da Secretaria de Saúde solicitando inclusão na pauta da próxima
41 reunião de março a Aprovação da prestação de contas do exercício de 2023, Ofício nº 118/2024 – DG-FEMAR da FEMAR, em resposta ao
42 ofício nº CMSM/2024, que convidou a Coordenadora da Central de Regulação para participar da reunião ordinária do CMS-Maricá, no dia
43 29/02/2024, às 14h, na Câmara Municipal de Maricá, para nos informar sobre o Planejamento de Oftalmologia e Oncologia no Município.
44 Informando que a referida Coordenadora está de licença médica e solicitando que o assunto fique para a próxima reunião de março. O Presidente
45 diz que houve uma solicitação de inversão d pauta por conta do equipamento, então vamos inverter o terceiro ponto da pauta com quatro ponto,
46 porque ambos são apresentações e como o equipamento para apresentação do quarto ponto já está instalado, vamos fazer a inversão desses
47 pontos. **Terceiro ponto da pauta:** Apresentação e Aprovação do Plano de Municipal de Contingência de Enfrentamento às Arboviroses
48 Transmitidas Pelo Aedes Aegypti, Dengue, Febre do Chikungunya e Zika Vírus. O Presidente passa a palavra para a Coordenadora da Vigilância
49 em Saúde Michele que apresenta dizendo que é médica veterinária hoje coordena a Vigilância em Saúde de Maricá e estou aqui hoje para
50 apresentar o plano Municipal de contingência enfrentamentos Arboviroses transmitidas pelo AEDES aegypti, dengue febre, chikungunya e Zika
51 vírus. Diz que antes de mais nada queria esclarecer que esse plano já é rotina nas questões de vigilância, são planos em que nós já fazemos essas
52 definições bi anuais, já fazemos esses planos desde sempre, acreditamos por estarmos nesse período acima de maior incidência da doença, nos
53 foi pedido que também vocês apreciassem o nosso planejamento para o combate à dengue, destaca que esse plano aqui que nós construímos,
54 ele é para o momento de epidemia, então ele tem alguns critérios para ser disparado, vamos dizer assim, ele começa na verdade como um
55 planejamento já da gestão para caso de o município entrar naquele problema muito maior estamos vendo em outros municípios já enfrentando,
56 então, prevendo isso estamos fazendo a cada dois anos esse planejamento. Começa a apresentação fazendo uma pequena introdução do nosso



município e da questão hoje que o Estado está enfrentando, notem que hoje a dengue já está mais interiorana, afeta muito mais a parte do interior dos Municípios, do interior do nosso Estado e além da nossa Metropolitana 2 que também tem ali destaque no Rio de Janeiro. Maricá, junto a Niterói ainda se encontram em nível classe 1, que está abaixo dos 100 casos de incidência. É uma conta que fazemos em 100 mil habitantes, que é em cima de notificações, explica que a dengue em todos esses outros municípios têm muitos ciclos em que o vírus circula. No ano passado por exemplo, a dengue atuou mais aqui na parte norte e um pouquinho da Região Serrana, ela não teve tanta abrangência como a gente tá vendo hoje no Estado e na verdade esse mapa que vocês podem acompanhar e que têm acesso nos meios de internet através da fonte aqui que é um painel do estado onde conseguimos ver tanto o nosso município quanto o Estado; enfim, conseguimos ter todos esses dados. Inclusive o que irá apresentar é de domínio público. Mostra um Panorama da nossa situação nos cinco últimos anos, mostra as questões dos casos em 2019 tivemos 6129 casos, 87 confirmados e 542 descartáveis, que nesse meio do caminho, tivemos a nossa sorotipagem, que na verdade a partir de 2022 conseguimos identificar a circulação do Dengue 1 e dengue 2 como já estamos agora nesse momento, não temos o dengue 3 ainda no nosso município, diz que quem determina, quem faz a identificação é Laboratório Central do Estado é o LACEM, então não é um laboratório daqui terceirizado, nada disso, são fontes oficiais; destaca que o nosso último óbito foi em 2022 confirmado e único. Diz que o plano pede que façamos uma descrição da nossa rede de saúde, diz que uma coisa bem sucinta, porque foi acrescentada de última hora aqui na apresentação na pauta de hoje, apresenta a rede de atenção primária, com as 26 unidades da estratégia da família, a rede especializada com ambulatório, CDT, SAE, Centro Materno Infantil e as especialidades, CAPS, as residências terapêuticas, a rede de urgência Emergência com os nossos hospitais, Conde, Dr. Ernesto Guevara, UPA, o Pronto atendimento 24 horas no Santa Rita e também o serviço de atendimento móvel que é o SAMU. Isso é o que compõe a nossa rede como um todo isso, e que o plano que vocês receberam é um plano que foi descrito com maiores detalhes e o está que apresentando é uma forma mais sucinta, o no nosso plano tem até descrição de equipes, no plano também ele nos pede as ações que nós fazemos na parte das vigilâncias, cita que cabe a vigilância epidemiológica não só na época de epidemia, descrever o que na verdade já faz como rotina e no plano que é a parte que estamos planejando naquele momento de epidemia, isso sempre é mais intensificado, essa é a grande diferença nesse ponto, então a gerência de vigilância epidemiológica, ela é composta no nível Central, pela vigilância epidemiológica real e os núcleos de vigilância hospitalares que temos no Conde, no Chê Guevara e temos também CCIH junto ao núcleo que é um pouquinho menor que faz a parte da UPA e da Unidade do Santa Rita. Então o que cabe na verdade à vigilância epidemiológica nesses períodos é acompanhar a curva epidêmica, identificar a área de maior ocorrência de casos de grupos acometidos, instrumentalizar a vigilância entomológica no combate ao vetor é a vigilância ambiental que é o PMCD, que irá falar um pouquinho mais à frente assistência e identificação precoce dos casos com divulgação e informações sobre epidemia para consequente mobilização social, garantir a notificação de todos os casos suspeitos e notificados e demais arboviroses nas unidades de atendimento, realizar buscas ativas de casos na rede privada. Aqui no município, não temos uma rede privada de internação mas, caso tenhamos no futuro, vamos precisar correr atrás desses casos não só da dengue mais de outros também, a notificação imediata de casos de pessoas, de pacientes internados com dengues e demais arboviroses com sinal de alarme graves, óbitos e gestantes isso no estado, pede que notifiquemos eles em 24 horas, explica que a dengue geral, fazemos a notificação semanal, mas nesses casos tem que ser o informe 24 horas são casos graves, a notificação desses casos suspeitos e demais arboviroses, eles são feitos através de dois tipos de ficha a ficha individual e a ficha das arboviroses que eu vou mostrar mais a seguir. Diz que, o que cada vigilância epidemiológica justamente tem que fazer toda a qualificação dessa ficha onde tem inúmeros pontos que qualificam justamente como está aquele paciente classificando como grave ou não, todas as fichas e de mais arboviroses são digitadas no sistema SINAN online que é o nosso sistema, e a fonte de dados que alimentamos é onde o Estado e Ministério nos enxerga através desses sistemas. Diz que trabalham com casos suspeitos nessas primeiras visitas, continua explicando o que cabe a Vigilância Epidemiológica, quais os critérios para diagnóstico dos casos graves, que é o Laboratório Central LACEM que qualifica sendo dengue, todos os óbitos suspeitos de dengue deverão ser investigado oportunamente por meio da aplicação de um protocolo. Esse protocolo na verdade ele é em conjunto tanto conosco com os outros municípios que por ventura algum residente nosso possa vir a evoluir a óbito e a Secretaria de Estado então depois de toda essa análise que uma pessoa pode ser considerada um óbito por dengue, tudo eleva uma investigação, sabe já teve alguns casos, que até chegou as mídias falando que a menina teve dengue, mas isso não podemos confirmar. Na verdade, quem confirma é o Estado, só apresentamos para ele todos os exames que nos pede e ele já tem acesso porque nos cabe mandar amostra, de qualquer forma já terá acesso aos exames por ser o Estado, inclusive, quem acessa prontuários até de outros municípios e da rede privada. Esclarecer que em Maricá o município por si só, não vai assumir um caso de óbito de dengue sozinho, porque ele precisa dessa comissão e só o Estado realmente que fecha junto a um conjunto, que se não engana, estamos em torno de 70 óbitos em investigação no Estado, então, essa comissão tem todos esses óbitos para serem confirmados ou não. Diz que a sala de situação da dengue também é prevista no plano, inclusive já está montada porque esse plano na verdade é para 2023 e 2024, como já disse que esse ano que foi pedido que passe aqui no Conselho, que o Plano já está em execução, que a sala de situação da dengue já está montada com vários entes do governo, não só os da área da saúde mas também de outras secretarias tanto que vocês devem ter tido notícias do último mutirão e do próximo que ainda vamos realizar. Isso é sempre em parceria com as outras Secretarias que vai detalhar um pouquinho mais à frente e na época de epidemia realmente constatada a gente com vigilância epidemiológica precisa emitir boletins epidemiológicos, esses boletins na verdade já são para a área da saúde nos setores de saúde envolvidos já temos esse acesso. Apresenta as fichas que citou que são de preenchimento dos profissionais de saúde que precisam preencher todos esses campos. Explica com é na verdade até chegar à dengue, ele não é um teste como teste COVID-19, que você chega lá e consegue fazer, não é na mesma proporção, não acontece dessa forma em geral aqui nosso apoio é Laboratorial, ele é mais para pesquisa epidemiológica de sorotipagem, então precisamos na verdade ter acesso a 10% pelo menos de amostra desses pacientes, quando entrarmos nesse período, porque aí com esses 10% de casos suspeitos sendo analisados pelo laboratório nós já conseguimos ter o perfil de qual vírus está circulando, qual área está com maior incidência na cidade então já conseguimos ter esse retrato, Então todo enfrentando de casos com sinal de alarme ou gravidade



devem ser diagnosticados em laboratório, da mesma forma dos óbitos, gestantes e crianças abaixo de 5 anos. Diz que as salas de coleta hoje já estão descentralizadas, na verdade em toda a rede, as redes de atenção primária hoje já fazem a qualificação desse paciente já fazem análise dele de risco e assim que identifica uma suspeita de dengue, eles coletam esse soro e nós pela vigilância, recolhemos e enviamos para o Laboratório LACEM então tem muitas unidades já coletando e a gente hoje já consegue ter um retrato de como hoje o nosso município se encontra e a rede de urgência e emergência que também procede da mesma forma e como funciona o fluxo de coleta dessas amostras. Diz que quer fazer entender bem porque não necessariamente precisa ter um teste reagente para dengue para saber que o paciente pegou dengue. Mostra as ações também do controle de vetores, que são essenciais para podermos controlar essa doença, porque o pico da dengue na verdade, estamos nesse crescimento, mas o problema maior da dengue é agora no finalzinho de Março, Abril e Maio, que é o problema maior, então é o momento de agora estarmos intensificando todas as ações de ambiente, de controle vetorial ambiental e de manejo. Hoje, contamos com em torno de 170 agentes de combate em endemias, que juntamente com agentes contratados pela GNOSIS e os do Ministério da Saúde que vira e mexe tem uma defasagem 167 que, às vezes outro entra de licença, então assim em torno disso, não tem esse número exato, que em 2023 Maricá conseguiu completar seus seis ciclos de trabalho visitando 428 Mil e 17 imóveis na cidade, nos seis ciclos de trabalho. Explica que uma casa pode ter sido visitada mais de uma vez e outra casa pode não ter nem recebido a visita, frisa que é número de visitas a Imóveis nos ciclos, Maricá, não tem todo esse quantitativo de imóveis isso daqui é por círculo tá gente Maricá estima-se mais ou menos 120 mil Imóveis à 150 mil, a cada ciclos são visitadas 80% disso que a gente pactua é só uma conta de quantas visitas esses trabalhadores fizeram no ano. Fala do bloqueio de transmissão, ele acontece de forma Ampla e de forma específica. Forma Ampla quando consegue ter a confirmação Laboratorial que aquele paciente foi positivo, então vai fazer quarteirão, vai fazer uma área maior, tem um raio de ação de acordo com o manual para respeitar e o bloqueio específico é quando ele é suspeito ainda, explica todo o protocolo. Fala do começo aquele bloqueio amplo com fumacê com as outras máquinas que tiver acesso, as ações de rotina do PMCD que são as rotinas que são mais intensificada nesse período de uma Epidemia que ainda não estamos passando para realizar. Como realizar as ações de rotina, as visitas domiciliares, com as imigrações, a eliminação dos corpos Lira monitoramento quinzenal dos pontos estratégicos, que são: Os ferros velhos, cemitérios que são tratados periodicamente por uma equipe específica, atendimento às denúncias de foco, que depois irá distribuir um material que vocês vão saber o canal, realizando bloqueios às residências de casos suspeitos que é o que acabou de explicar, envolvimento dos condôminos, edifícios é aquela parte de mobilização realmente das pessoas para que a gente consiga ter as ações mais efetivas e as ações contingentes, que é manter essa rotina, estabelecer essas áreas prioritárias para intensificações das ações de controle que são esses mutirões, por exemplo, que estamos fazendo agora; realizar visitas em dias e horários diferenciados para reduzir o número de pendências, frisa que Maricá tem esse problema, não é problema só de Maricá, e sim de muitos municípios que é um município veranista, explica o que é Lira; na verdade é um levantamento de índice que já fazemos e que faz parte do trabalho e que mede o risco de como está o município, esses focos são colhidos, enviados ao LACEN, ele Analisa para ver qual a espécie do mosquito. Na verdade temos o Aedes aegypti e também temos o Aedes albopictus que tem uma participação também na transmissão da dengue. Esclarece a todos que é não há diferença em inseticida para essas ações usamos o mesmo inseticida que é sempre o UBV que é essa parte onde pega o mosquito alado que é um mosquito adulto então, quando fala que fiz um bloqueio que é um bloqueio amplo que citou anteriormente, pode tanto ser feito na forma aqui do tradicional fumacê, quanto também dessa forma com essas bombas, que o inseticida é o mesmo porque ainda está no período de bloqueio. Porque o impacto ambiental desse tipo de ação é devastador quando entra com um carro desse não mato só mosquito, mata tudo às vezes até pessoas fica lá no problema até de respiratório depois então assim isso aqui é um é um passo muito agressivo que precisamos de uma nota técnica de uma aval do Estado para poder agir. Então assim é Marica que não quer colocar o fumacê, Maricá precisa de normas técnicas, precisa ser amparada e sabendo que esse tipo de ação que é menor também tem uma ação de bloqueio. Mostra a classificação de risco assistência, diz que todas as unidades foram capacitadas recentemente, que através desse fluxograma que é disponibilizado no Ministério da Saúde existem quatro classificações de risco de pacientes de dengue às unidades primárias, elas foram orientadas na verdade a proceder nesse grupo aqui que é o grupo A e possivelmente o B que é um grupo um pouquinho mais sensível, porque do grupo A ele vira para o C com muita facilidade então, do grupo A ele apode agravar com muita facilidade. Sendo B que pode ocorrer tanto na atenção primária quanto na urgência emergência que vai depender do sinal ou não de gravidade cita alguns sinais como: vômitos persistentes, dor abdominal intensa, sangramento de mucosas, nesses casos já se classifica como C, com essa classificação já pode encaminhar para rede de urgência emergência, porque precisa ter um suporte, talvez maior, mas sempre avaliado pelo médico, na hora ele faz essa classificação de risco. Diz que esse é o planejamento para epidemia caso ultrapássemos os 300 casos de incidência, guardem bem esse número 300 casos de incidência que é quando entramos em epidemia temos planejamento da UPA de Inoã, da unidade de pronto atendimento do Santa Rita e do Conde também que já funcionam 24 horas, de terem as poltronas de hidratação voltadas para dengue, além disso funcionarão na qualidade de 12 horas que são as unidades da família de Inoã 2, Marinelânia, Jardim Atlântico e Central que funcionarão das 07 às 19 horas e estarão instaladas nas unidades em torno de cinco poltronas de hidratação. Lembrando que para o caso de epidemia não precisam ir nas unidades que vocês não vão encontrar poltronas nesse momento instaladas e nos antecipando justamente a tudo isso que o que Marica está fazendo hoje, com o desenvolvimento e a construção daqueles polos é tentar, na verdade desafogar toda a nossa rede e ter um atendimento muito melhor de pacientes suspeitos de dengue então por isso Maricá já vai se antecipar nessa questão dessas tendas de hidratação, elas foram adicionadas ao nosso plano agora e elas vão funcionar aqui no Centro e Itaipuaçu. Elas vão ter tanto investigações clínicas como a epidemiológicas, então haverão grupos pré-estabelecidos que vão ter essa coleta epidemiológica onde vai ter a sorotipagem, onde vai ter essa confirmação Laboratorial pelo LACEN da dengue, mas não serão todos porque na verdade para o Estado garantir no mínimo 10% da coleta desses casos suspeitos, mas como vamos ter uma estrutura vamos coletar muito mais. Mas deixa bem claro que nem todas as pessoas vão ter, mas todas as pessoas que passarem por lá vão ter seu acompanhamento sua investigação Clínica, seu exame, seu hemograma e todos os exames mais específicos que precisar. Mostra as equipes que vão compor cada polo, vai ter equipes voltadas para Pediatria e para os adultos, caso ocorra



algum caso nós ainda faremos a toda a orientação nas mídias sociais para que as pessoas poderem procurar os polos em determinados momentos vai estar tudo explicado. Mas o Polo está com essa estrutura e deverá ser inaugurado em breve, então vão ter dois médicos clínicos, dois pediatras, dois químicos, dois enfermeiros para essa classificação de risco, como citou anteriormente sete técnicas de enfermagem, o técnico de laboratório, vai ter um laboratório no Polo, os exames vão ser liberados na hora. Lembrando que não é o reagente para dengue é o hemograma e todos os clínicos, que são justamente o parâmetro para o médico avaliar a gravidade, vai ter maqueiro, controlador de acesso e caso aconteça de um paciente chegar mais graves sempre vai ter também uma ambulância para poder sair de lá e pegar esses pacientes, fala da nossa comunicação com o morador que faça com que ele abra sua casa que ele faça os 10 minutos, o Ministério da Saúde fez um pronunciamento se não se engano ontem, fazendo o Dia D para dia 02, que é o sábado agora, de limpeza geral de combate à dengue no Brasil, Maricá como já tinha isso programado nós vamos seguir com o nosso mutirão, as nossas mídias sociais vão bater muito nisso durante esse período e na verdade durante o ano inteiro, porque dengue a gente não combate só nesse período a gente combate bem ano inteiro. Diz que a comunicação vai ficar responsável por responder demandas de imprensa, nota semanal dos Profissionais de Saúde sobre a situação epidemiológica da dengue, divulgarão informações educativas e de prevenção do controle dos meios de comunicação tanto da secretaria como da população. Fala do Marco, do combate à dengue; são a campanha dos 10 minutos salvam vidas. Da importância da chegar às casas deixar que os agentes de saúde também entrem, porque ele tem um olhar diferenciado que ele pode achar um foco que às vezes a gente não vê, fala do material que será trabalhado com a população e que trouxe impresso para distribuir para vocês verem, que é a base dos nossos mutirões, na verdade ele é um check-list, que como falou anteriormente aquela sala de situação, temos outras secretarias envolvidas hoje também, já contamos com carros de som porque também estão pelos locais onde vamos atuar agora, como Mancha e também aqui a Defesa Civil fazendo esse trabalho, do envio dos SMS igual aquele dos temporais, dos estágios também vai acontecer com a dengue para chamar a atenção de moradores de todo município para poder contribuir com esse trabalho. Diz que essas são as referências, que usou como base do nosso plano de contingência da dengue que estão para que vocês possam consultar, são manuais do Ministério, guias de vigilância, que é de onde na verdade, tiramos tudo isso que acabou de apresentar. O Conselheiro Cunha pergunta qual o quantitativo de equipe em campos que vocês estão trabalhando. Michele responde que tem um quantitativo em torno de 170 Agentes. A Secretária Geral pergunta se todas essa ação vai acontecer para prevenir e conscientizar toda a população, se está sendo feito junto aos órgãos da Prefeitura, porque temos problemas por exemplo com a SOMAR que faz obras, deixa buracos, entulhos de obras e isso não é com a população, a SANEMAR com uma série de esgotos a céu aberto, a limpeza urbana mesmo para recolher o lixo que jogam na rua, isso tudo é criadouro e a coleta de lixo, tem falha em vários locais e isso também é motivo de criadouro então, gostaria de saber se há essa integração entre a Vigilância e essas Secretarias para que eles cumpram os seus papéis. Michele responde que sim, que a SOMAR é uma das secretarias que faz parte da nossa sala de situação juntamente com SANEMAR dentre outras, como citei Defesa Civil, Guarda Municipal, Secretaria de Educação entre outros que agora eu vou acabar esquecendo alguém, mas a SOMAR na verdade, é uma parceira, hoje ela atuou muito nesse mutirão, em todas essas ações estamos conseguindo, fizemos um canal junto a SOMAR que é o 156, na verdade hoje as ligações caem no canal da SOMAR também, quando o morador somente nesses casos de lixo e tudo mais vai cair lá para eles, nesse mutirão vamos intensificar agora o segundo distrito e o terceiro, na semana passada, tivemos uma ação maior, não que os outros não estejam sendo feitos, mais essas são ações que percebemos pelos nossos dados que precisavam de um momento de atenção e que foi uma junção de esforços para que conseguíssemos, que foi no Jardim Atlântico Leste, aqui na área do Centro que foi no Condado, Manu Manuela, onde tiveram máquinas da SOMAR, teve SANEMAR atuando e foi recolhido, mas lógico que Maricá ainda tem muito disso, sabe que tem um monte de obra que hoje, até a gente para chegar aqui, às vezes é difícil, porque às vezes abre uma coisa diferente de uma hora para outra e isso precisamos ter atenção, SANEMAR também está atuando nesses casos, a própria SOMAR foi vistoriada pelos nossos agentes, estamos capacitando também os agentes da SANEMAR pela nossa Vigilância Ambiental, vai ter a Guarda Municipal também, então assim os órgãos públicos também estão sendo sensibilizadas, para que isso não ocorra, porque sabemos que um foco é muito fácil de encontrar em vários lugares, provavelmente nesses lugares de obra onde há entulho, terrenos baldios, contamos com a população para que faça mais dessas denúncias para que consigamos encaminhar isso para a SOMAR, porque hoje a SOMAR está muito mais atenta isso. O Vice Presidente pergunta sobre esses 116 mil imóveis pactuados, que pactuação é essa e com quem? Michele responde que a pactuação sempre é feita com o Estado e com o Ministério, são 116 mil Imóveis que foram pactuados no ano passado e agora devemos pactuar pegando as bases aqui da cidade para a fazermos uma nova atualização e vamos repactuar esse número, esse é o número de 2023. Diz que só mostrar aqui para vocês também o nosso Panorama da dengue nesse momento no município, mais uma vez aquele mesmo mapa, que mostrou no início, isolou nossa Metropolitana 2, que tem Maricá, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim, percebam que Itaboraí, está numa frequência de incidência muito maior tanto que ela é uma das mais destacadas, ela já está nesse momento, na situação que comentou no fechamento de casos clínicos, epidemiológica, ela não está mais nessa parte Laboratorial somente já deve estar no 10% há muito tempo, e isso aí sempre em cima da nossa população, Maricá hoje está em 63,37 de incidência está abaixo da primeira classe que até 100% de casos notificados. Mostra a curva de incidência de casos de dengue, dos casos de dengue por bairros, faz uma demonstração da onde tirou o porquê de escolhemos alguns locais para fazer essas ações, hoje Maricá está com 126 casos confirmados de dengue perante ao Estado, aqui está com 121 porque aqueles cinco ali não definiram bairro, então não consegui colocar nesse quadro. A Conselheira Rose Mary pergunta se pode acrescentar na parte do mapeamento de vetores alguns locais específicos que tenhamos conhecimento? Michele diz que sim, pede a Conselheira Rose Mary para colocar, fazer a denúncia aqui e conseguimos acrescentar. A parte dos vetores eles sempre vão poder fazer, exemplo piscina, focos eles vão estar sempre fazendo essa vistoria, o acrescentar é nesse sentido, caso tenha por exemplo, pessoas que a senhora conheça que e acha que alguém teve dengue, os pacientes podem procurar o Posto de Saúde e pedir que seja feito uma avaliação, e aí o profissional pode avaliar, porque temos uma janela para coletar o exame, não consegue coletar isso depois de muito tempo. Então tem um momento para coletar, a pessoa sabemos que na maioria das vezes não evolui para o grave, tem tido



mas, a maioria esmagadora não é, então basta a pessoa ficar em casa, fazer um repouso, se hidratar, mas ela sabe que pegou dengue, só que ela não foi procurar o atendimento, se essas pessoas puderem depois que se recuperar e se estabilizarem um pouco, acharem prudente e puderem procurar a unidade de saúde, vamos ter até uma possibilidade de avaliar se ela ainda vai estar na Janela sorológica, porque a parte de saber qual é o vírus é mais curta, é até o sexto, quinto dia, que é onde a pessoa tá muito mais debilitada. A Conselheira Rose Mary diz que sua pergunta é em relação ao mapeamento de criadouro, se pode acrescentar, que gostaria que ficasse registrado porque em Cordeirinho especificamente, que representa a AMAC- Associação de Moradores, a Presidente da associação relatou vários focos, possíveis, que são exatamente os terrenos baldios que fazem esquina com a Avenida Maysa, porque é sabido que há cerca de 03 anos a SOMAR não recolhe o lixo das ruas transversais que descem na praia, os moradores é que levam esse lixo à esquina e coloca exatamente nessa esquina da Maysa. Os terrenos são baldios, inclusive ela acredita que até envolva contaminação do solo, porque fica nesse local, os cachorros e cavalos rasgam, o pessoal joga sofá, as vezes fica muito muito tempo para ser recolhido, então quer dizer foi identificado na rua 82. A Michele pede para a Conselheira passar isso depois, anotádinho, é o que precisamos; também passar para todos que muitas das vezes precisamos que o endereço esteja passado de uma forma bem completa, porque ajuda na hora até de um recolhimento para chegar ao local certo. A Secretária Geral pergunta sobre as notificações que vocês conseguem computar e quando a pessoa é atendida em clínica particular tem como controlar. Michele responde que sim, que isso vem pela retroalimentação do Estado também, porque na verdade esse sistema é um sistema, como falou, que o Estado me enxerga e o Ministério me enxerga e da mesma forma ele enxerga os outros municípios então quando é um residente de Maricá vem para cá, aquela notificação chega para ela, então assim, se ele é residente passar por aqui também Chega aqui para as notificações funcionam da mesma forma para todas as doenças, se uma pessoa que é de Maricá, se tem seu cadastro ficar junto ao CAD ÚNICO ou cartão do SUS que ele é morador aqui de Maricá, se ele morrer lá no Acre recebemos aqui essa declaração de óbito dele, recebemos porque tudo isso agora é computado. Tiradas todas as dúvidas dos Conselheiros o Presidente agradece a Coordenadora Michele pela participação e apresentação, coloca em votação e foi aprovado por unanimidade. **Quarto ponto da pauta:** Apresentação do Relatório do 3º quadrimestre de 2023. Presidente passa a palavra para a Mônica fazer a apresentação, que e diz que vai fazer a apresentação do relatório quadrimestral referente ao terceiro quadrimestre do ano de 2023, que esse relatório é previsto pela lei complementar 141, que determina que os municípios sempre no mês seguinte ao quadrimestre tem que fazer audiência pública na Câmara Municipal e apresentar esse relatório para os Conselhos de Saúde. Esses relatórios vão demonstrar a aplicação dos recursos financeiros próprios da Prefeitura, do Governo Estadual e do Governo Federal nas ações e serviços públicos de saúde da sua competência. Então é um relatório referente ao terceiro quadrimestre de 2023, o período é de primeiro de setembro a 31 de Dezembro de 2023, tem um destaque do artigo 36 da Lei 141, que fala o que deve conter minimamente esse relatório para apresentação montante fonte de recurso aplicada no período, as auditorias realizadas ou em fase de execução com as recomendações de determinações e a oferta e a produção de serviços públicos feitos na nossa rede própria, contratada ou conveniada e o cruzamento disso com os indicadores de saúde da população, de acordo com esse relatório. Ele é feito baseado nas informações do sistema oficial de planejamento do Ministério da Saúde que é o DIGISUS, esses slides que vocês estão vendo eles são oriundos do DIGISUS, tem inicialmente a informação territorial, a área do município a população é referente ao senso do IBGE de 2022 que a população foi 197.300 mil habitantes o município está inserido na Metropolitana 2, uma densidade populacional de 545.67 mil habitantes por quilômetro quadrado. A Secretaria Municipal de Saúde, o e-mail é saudemaricapmn@gmail.com, fica na Avenida Roberto Silveira 46 de 3º andar, Centro, Maricá informações da gestão, Prefeito é Fabiano Taques Horta, a Secretária de Saúde em exercício no período deste relatório era Doutora Solange Regina de Oliveira, o e-mail da Secretária é o mesmo da Secretaria de Saúde saudemaricapmn@gmail.com, o Fundo Municipal de Saúde foi criado pela lei 925 de 1991 em março de 1991 e pela lei de criação do Fundo o Gestor do Fundo é o Secretário de Saúde então no caso Doutora Solange Regina de Oliveira que era Secretária na época, o Plano Municipal de Saúde é referente ao período de 2022 a 2025 foi aprovado pelo Conselho, foi até revisado no ano passado, mostra as informações sobre regionalização referentes a 2021, não vale a pena está discutindo porque já temos a população do censo do IBGE de 2022, mas o sistema está com a informação de 2021 e a informação sobre o Conselho Municipal fala da Lei 1082 de 1992 que criou o Conselho Municipal de Saúde, o endereço é Avenida Roberto Silveira 46, primeiro andar no mesmo prédio da Secretaria Municipal de Saúde, o e-mail é cms.marica@hotmail.com, o Presidente é o Bruno de Souza Lougon, a composição é partidária a gente escreve o número de pessoas do Conselhos e suas representações para demonstrar a paridade isso é um ponto extremamente importante para os Conselhos, a questão da paridade e o nosso Conselho é paritário. Apresenta dados físicos das ações e Serviços de Saúde desenvolvido no município e a parte de recursos financeiro de aplicação, que os recursos financeiros desses dados todos são cumulativos tanto os físicos, quantos financeiros, não se referem apenas a esse período do quadrimestres, referem ao ano inteiro, tem a questão das internações hospitalar pelas causas, tivemos 1933 doenças do aparelho digestivo, lesão, envenenamento e causas externas ficaram em segundo lugar com 1.805, o aparelho circulatório com 1.587, o digestivo respiratório 1.207 e as neoplasia que são os cânceres com 1.037 foram esses os motivos mais importantes de internação. E foram computadas 14.419 internações no ano passado, a produção da nossa rede própria contratada e conveniada, na atenção básica tivemos uma produção de um milhão, 603 Mil e 343 procedimentos distribuídos, entre visitas domiciliares, os atendimentos e os procedimentos que são: Vacinas, aplicação de medicamento, verificação de pressão arterial, curativo e os atendimentos odontológicos, apresenta os dados sobre a produção na rede de urgência emergência que seria: A UPA de Inoã, Unidade Santa Rita e na emergência do Conde Modesto Leal. Então tivemos um total de 8.986 procedimentos tanto de finalidade diagnóstica que seria os exames e os procedimentos as consultas e todas as outras ações, que representou um valor de repasse para o município pelo Governo Federal de 3.560.197.156, em relação aos pacientes que ficaram em observação aquela internação menor nessas unidades, tivemos 7.460 internações e elas equivaleram com o valor de 5.482.515.94, temos a produção toda da Saúde Mental, diz que esses atendimentos e acompanhamentos psicossociais são todos os atendimentos ambulatoriais feitos nos CAPS, temos o CAPS 3 que funciona 24 horas, CAPSi que é um infantil e CAPS AD que é de Álcool e drogas, as três residências terapêuticas e as ações das equipes multiprofissionais de Saúde Mental, foram 46.979,



atendimentos e 133 internações ou transtornos mentais e comportamentais no Conde. A produção da rede especializada ambulatorial do hospitalar tivemos um total de 3 milhões 293.920 procedimentos laboratoriais referente a um valor de 22 milhões 357 719, tivemos 12.650 internações com valores 11. 993. 98 centavos, tudo isso foi desenvolvido na nossa rede física, temos 26 unidades de Saúde da Família, 30 equipes de saúde bucal, 6 equipe multidisciplinar, 01 equipe de consultório na rua, 57 equipes de saúde da família e 01 equipe de saúde indígena que ela também são da equipe da família, mas como ela trabalha com as duas comunidades indígenas no município ela considerada a saúde da comunidade indígena, em relação a média e alta complexidade, temos os outros dispositivos que é um ambulatório Péricles Siqueira Ferreira, o Centro Materno Infantil, dois hospitais Gerais, que é o Conde e o Chê, CAPS AD, CAPS 3, CAPSi, as 03 residências terapêuticas, os laboratórios clínicos temos um laboratório municipal e 02 conveniados, temos um laboratório de saúde pública que é o Rimolo, temos um CEO tipo 1, temos duas bases de SAMU uma em Itaipuaçu que é a mais recente que tem uma ambulância básica e temos a base do hospital Conde, que temos uma ambulância básica, uma ambulância avançada e uma motolância, temos UPA tipo 1, o centro de fisioterapia ele é conveniado ao SUS, o pronto atendimento de Santa Rita, CDT, CEREST, um centro de diagnóstico por imagem, quatro equipes multiprofissional em Saúde Mental, o programa SAD do melhor em casa que tem três equipes e temos uma equipe de serviço de reabilitação domiciliar e Vai atender os pacientes que não tem o perfil do paciente do melhor em casa serviço de atendimento especializado SAE que faz o tratamento e acompanhamento das doenças infecto contagiosas. As auditorias realizadas, tem duas auditorias de andamento. A primeira é a 023/2002, que gerou o processo o número 234657/2022 o objeto dessa auditoria governamental de conformidade foi para verificar legalidade da execução do contrato de gestão/2018, que é o da GNOSIS celebrada entre o município através da Secretaria de Saúde a Organização Social GNOSIS, o Tribunal de Contas encaminhou uma decisão, são sumária para secretaria por sua vez de responder, para o Tribunal de Contas e até o momento não houve nenhuma decisão e nem uma finalização dessa auditoria, essa auditoria ainda está um curso e a segunda auditoria também do Tribunal de Contas número 179 é para verificar regularidade da gestão do pessoal das instituições do terceiro setor prestadora de serviços de saúde que são as OSs, para o município e também a estrutura principal criada organizada para o controle e fiscalização de contratos firmados essa auditoria o Tribunal de Contas ainda não encaminhou nenhum relatório para o município até o momento então nenhuma auditoria tá concluída ainda, em relação aos indicadores de saúde de 2018 até 2021 tínhamos os indicadores de saúde que fazíamos a pactuação bipartite em 2022, o Ministério descontinuou essa pactuação, ano passado, lembram? O Estado retomou essa pactuação tínhamos até passado pelo Conselho que foi aprovado no primeiro momento, o Estado sugeriu alterações. As alterações não foram aprovadas pelo Conselho, continua apresentando a pactuação não aprovada, entra na parte de execução, financeira e orçamentária, que tínhamos uma previsão inicial de um bilhão 368 milhões, recebemos, um milhão, duzentos e noventa e quatro mil teve uma diferença de 5 milhões, mostra os recebimento dos royalties que é aplicado em saúde, previsão de 302 bilhões 500 Mil e quinhentos, recebemos o valor inferior, a receita foi de 258 milhões 349 75, as receitas de transferências de outras esferas do governo que seriam as receitas da União que tínhamos uma previsão de 62 milhões e recebemos 46 bilhões e as transferências do Estado que tínhamos uma previsão de 13 milhões e recebemos 16 milhões, continua explicando parte da execução desse recurso e a previsão de gasto, as três categorias das despesas: Despesa empenhada, despesa liquidada e despesa paga cita as diferenças entre elas e seus valores, as ações das despesas com ações serviços públicos de saúde de acordo com a lei 12858 que é a parte do Royalties, ação e serviço público de saúde com os recursos próprios e municipais, planilha de execução de resto a pagar, finaliza dizendo que foi cumprido o limite mínimo constitucional de 15% e que o município alcançou 15, 66% de aplicação de recursos próprios na saúde. O Presidente pergunta se alguém gostaria de se inscrever para fazer o uso palavra, tem dois minutos. A Conselheira Rose Mary diz que é só para deixar registrado que foi acordado ontem junto a Comissão de Orçamento e Finanças a Mônica ficou de enviar o RDQA completo pelo e-mail do Conselho, porque na reunião ela explicou que como é muito extenso, já com Slides foi extenso. Então, ele completo estará à disposição de todos Conselheiros no e-mail do Conselho. O Vice Presidente diz que gostaria de deixar registrado que a base da SAMU em Itaipuaçu é uma base compartilhada com os Bombeiros, então não existe uma base da SAMU própria de Maricá é uma base compartilhada com o Estado. A Conselheira Denise diz que gostaria de registra que fica impressionada com tanto milhão e com tanta precariedade, a atenção básica nos últimos dois anos é de uma precariedade que dói a alma, uma Milionária onde o povo está sem acesso, que acabou de pedir socorro ao Subsecretário para as suas crianças, que dirige uma instituição que tem 50 mulheres e cento e tantos filhos e a realidade deles não é o que aparece nem na mídia e nem nas contas do governo e estando ali uma nota da Auditoria do TCE é uma terneridade no momento tão complexo. Pode ser sim, que a fala Secretária seja verdadeira, diz que quer registrar que tem absoluta gratidão, por Dra. Simone e Dra. Solange que seu marido só está vivo graças a ajuda delas. Mas voltando ao órgão público, a verba pública, ela pode estar falando a verdade, não podemos dizer que não, mas existe nesse relatório uma Auditoria do TSE sobre GNOSIS. Então quem tiver coragem que aprove. A Mônica diz que faz um comentário em relação a esse relatório não existe aprovação, existe recomendação, o Conselho faz um documento de recomendação por exemplo, se ela tivesse dito que o município aplicou 13% abaixo do mínimo constitucional é obrigação do Conselho fazer recomendação para a Secretária de Saúde recomendamos em audiência. Vimos a apresentação que foi aplicada apenas 13% recomendamos que isso seja corrigido. Isso é obrigação do Conselho, mas não cabe aprovação, explica o quê o Conselho aprova é o Plano Municipal, as Programações Anuais e os Relatórios Anuais de Gestão, os quadrimestral é só para ir fazendo esse acompanhamento das parte se se tiver algum problema o Conselho tem obrigação de fazer a recomendação para gestão corrigir para que isso não se repita. O Presidente agradece a presença e a apresentação da Mônica. Quinto ponto da pauta: Apresentação e Aprovação da Resolução da Criação da CISTT. O Conselheiro Moisés diz que enfim conseguiu fazer uma resolução e trazer para o pleno para apreciação e aprovação, que colocou no grupo do WhatsApp do Conselho para que os Conselheiros pudessem apreciar de forma prévia, chama a atenção dizendo que utilizou vários considerando que a política pública da saúde do trabalhador e a Constituição Federal que já fala sobre a saúde do trabalhador do sistema único de saúde, diz que a ideia de criar a CISTT como o próprio documento fala, já vem de algum através de várias recomendações do Ministério e Conselho Nacional de Saúde e Maricá até hoje não tem implantado a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que é a CISTT, e para quem não sabe Maricá



é município sede CEREST Regional que tem dentro do seu guarda-chuva outros municípios, que é: Maricá, Itaboraí, Rio Bonito, Tanguá e Silva Jardim, tem uma outra discussão não vai debruçar agora, mas já circulou por aqui na última reunião que precisamos dar para o CEREST também, hoje estamos aqui para discutir a aprovação da CISTT, vamos debruçar nela, mas só está passando rápido porque não podemos perder de vista a discussão do CEREST, garantir esse financiamento, o pleno funcionamento. Diz que existe recomendação do Ministério da Saúde através de visita institucional no município, dizendo inclusive que esse mecanismo, esse dispositivo deveria ter uma sede própria que até hoje parece que não aconteceu, se aconteceu ele pode estar um pouco desinformado. Então trás para apreciação, que coloquei no grupo também para quem quiser aprofundar um pouco mais na discussão e que acha que nem todo mundo talvez saiba, o que é a CISTT o que se propõe a CISTT então, essa cartilha é bem expectativa vai falar o que é a CISTT, é uma Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora de acordo com a Lei Orgânica do SUS que está considerando a resolução, a CISTT tem a finalidade de articular política e programa de interesse da saúde do Trabalhador do Trabalhador cuja execução envolva ações nas áreas compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde, mas que selam na interfase na Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, lembrando que CISTT é uma Comissão do Conselho de Saúde, a CISTT não delibera, a CISTT recomenda, somente o Conselho Municipal de Saúde tem caráter deliberativo indo de encontro com o que acabou de falar anteriormente, que Comissão não delibera, quem delibera é só o Pleno, e estando aqui hoje apresentando a resolução é seguindo inclusive essa cartilha que ajudou para nortear para os trabalhos da Comissão que precisa ser estrutura através da resolução própria aprovada e publicada como tem que ser, o próximo passo, para compor a CISTT mas para fazer a composição da CISTT, precisamos aprovar a resolução, não tem compor algo que não foi aprovado, diz que não vai ler tudo mas, esse documento é público, está disponível, e é muito facilmente qualquer indexador ou buscador que utilizar em qualquer computador. Então fala um pouquinho dos objetivos e que é participar da construção ou sugerir ações no plano de trabalho no centro de referência em saúde de trabalho que é o CEREST, acompanhar, realizar as ações realizada pelo centro de referência sobre o trabalhador, articular políticas em programas de interesse da saúde do Trabalhador tudo isso está nessa cartilha que já tem até algum tempo, senão se engano já tem alguns anos que ele foi publicado então, é de extrema importância de aprovar essa resolução desde de 2017 o primeiro edição, mas grande importância de aprovar essa resolução hoje para que a gente possa seguir como os trabalhos voltados para Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora que é uma discussão que vem acontecendo de forma sistemática com encontros, com participação do colegiado de Maricá em espaços do Estado, o Vice Presidente Jorge tem estado muito presente na reuniões do Estado, os apoiadores do Estado tiveram em Maricá se reuniram junto com CEREST junto com pessoal da comissão de saúde do Trabalhador. Então coloca para apreciação, já tinha colocado no grupo do colegiado é de extrema importância que possamos aprovar essa resolução, mostra o relatório de apoio constitucional Ministério da Saúde, que veio através do seu apoiador institucional que não lembra o nome do profissional, mas está no documento e tem como encaminhamento, chama a atenção do colegial para o encaminhamento, vai ao encontro da questão de CEREST e a discussão que estava falando, o CEREST hoje não conta com sede própria, equipe mínima e várias outras questões, esse documento é de 2023, falava do prazo de 90 dias a contar do dia 5 de setembro de 2023, deveria ter uma sede própria, a recomendação é do apoiador institucional do Ministério da Saúde, estamos em 2024, já passou os 90 dias, já está caminhando para 180 dias e daqui a pouco mais de 360 dias, então precisamos retomar isso, precisamos fortalecer o CEREST e a saúde do trabalhadores, somos trabalhadores. A Secretária Geral coloca que no ano que vem terá a quinta Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. O Presidente coloca em votação foi aprovado por unanimidade. Sexto ponto da pauta: Aprovação da realização do Fórum Municipal de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. A Conselheira Denise diz que ficou decidido na última reunião do Fórum, não foi nem decidido. Que fez um elogio a Conselheira Anna Quintanilha no grupo porque ela foi bastante corajosa no meio da Reunião do Fórum ela bateu o pé, e que ele ainda pediu cuidado, que estamos cheio de problema, mas ela disse não vamos conseguir então, a aprovação do Conselho é que o Fórum de Gestão do Trabalhador e Educação em Saúde seja feito em Maricá e os 07 municípios da Metropolitana II, Maricá se comprometeu a ceder o espaço e alimentação e todo o material do Fórum importantíssimo. A Secretária Geral diz que é a Conferência. A Conselheira Denise diz que segue no Fórum então, a responsabilidade de Maricá fica por conta do Espaço, Alimentação e os outros 06 Municípios vão dividir os materiais necessários, então, estamos precisando da aprovação. A conselheira Ana Mayda diz que tivemos uma reunião acredito que foi na segunda, da Anna com a Dra. Solange, na terça-feira a Doutora Juliana foi nomeada com atual Secretária, na segunda conversamos no gabinete e a Doutora Solange topou, concordou em sediar tanto a Conferência, quanto o Fórum, no entanto estamos num momento de transição e essa transição consiste em troca de titularidade em sistema, consiste em tomar ciência da completude da Secretaria, a atual Secretária fazia parte do corpo técnico no entanto, é uma função como interina e que ela vai se ambientar com toda a pasta, então a proposta é que permanecemos com o Fórum e cada município da região vai fazer seus Fóruns. No entanto fica muito inviável permanecer com a Conferência, estamos a disposição para poder ajudar com relação. Inclusive na conversa é que cada município auxiliasse nessa parte gráfica e tudo mais, estamos à disposição e o Fórum vai ocorrer, mas tem a proposta de não ocorrer a Conferência aqui em Maricá. A Conselheira Denise diz que é uma questão de compreensão da situação precipitação nesse momento tudo bem vamos resolver no Fórum. A Secretária Geral diz que tem que voltar ao Fórum, muito embora ela não concorde com isso, porque quem realiza a Conferência é o Conselho e não a Secretaria, que não há ainda esse entendimento, mas tudo bem, vamos levar ao Fórum novamente se ninguém tiver condições de realizar o jeito que tem é informar ao Conselho Nacional e ao Estado que a Metropolitana II não tem condições de participar. O Presidente diz que entende que a Metropolitana II é composto por sete municípios hoje temos o Conselho de Itaboraí retornando as suas atividades do Conselho lá. Então, Maricá está com problema pontual, não estava previsto isso no nosso script logicamente não imaginávamos ser pego de surpresa numa situação dessa, nesse momento, que já estávamos mais ou menos com tudo praticamente organizado, já tínhamos procurado a Doutora Solange, antecipado. Inclusive com certeza o Conselho iria topa, seria muito bom realizássemos a Conferência da Saúde do Trabalhador em Maricá, mas tendo em vista justamente um momento de transição a fase delicada em que a nova gestora precisa se ambientar então, de fato resto ainda seis municípios, não é possível que não tenha estrutura na Metropolitana II para fazer uma Conferência de um pequeno porte como esse, que seria de mais ou menos



140 profissionais que vão participar, então certamente a gestão vai poder ajudar em alguma coisa relacionada ao material, mas em tempo de todo o aporte administrativo para sediar uma conferência nesse momento, mesmo que seja de pequeno porte temos que ter esse entendimento de compreensão, mas com relação ao Fórum cada município tem sua contribuição de celebrar o seu Fórum, na verdade é isso que está nesse ponto de pauta para o Conselho aprove a realização desse Fórum que é determinada e vamos fazer a celebração de uma comissão, para organizar esse Fórum e assim que foi posto. A Conselheira Denise diz que compreende a Anna porque, realmente principalmente pelo motivo é revoltante só que quem entrou agora no caso a Gestão que está realmente não tem condições de assumir, não adianta insistirmos porque vai ter um desgaste desnecessário, que já passou para a Comissão Organizadora do Fórum que mediante a um problema delicado que estamos vivendo provavelmente não seria possível, até mesmo porque tem toda mídia, todo mundo estão sabendo da situação, não vai ter problema algum, vamos nos empenhar para fazer o Fórum pode ficar tranquilo. A Secretária Geral diz que o Fórum será no dia 05/04. O Presidente coloca em votação foi aprovado por unanimidade. Sétimo ponto da pauta: Resposta sobre o Planejamento de Oncologia e Oftalmologia do Município. O Presidente diz que em relação de ponto de pauta acabou de receber um ofício n 118 da FEMAR lê o ofício que a Superintendente da Central de Regulação Luana Duarte encontra-se de licença médica por essa razão sugerimos com o convite para tratar sobre o planejamento de oftalmologia e Oncologia no município seja renovado para a próxima reunião do Conselho. A Conselheira Denise diz que não tem nada haver com regulação, para a regulação vir aqui dizer que não tem oftalmologia e nem oncologista não nos interessa a resposta, é o que interessa é o que está sendo feito nesse município pelas pessoas, aqui está o Conselheiro Vicente que está perdendo a visão, o esposo da ex-presidente da Rádio Sideral tem câncer no pulmão estava estabilizado com um quadro super bem, mas por causa da catarata vive internado com falta de ar porque não enxerga mais está com ansiedade, estamos absolutamente sem atendimento Oftalmológico em Maricá, no mês passado a Metropolitana II, 04 pessoas morreram de câncer de dor por falta de medicamento e de tratamento, então não tem mais condição de Maricá esticar, que gostaria de perguntar a Dra. Cláudia sobre o mutirão de catarata que foi aprovada pelo Conselho, se tem uma previsão ou se não vai ser feito. A Conselheira Cláudia diz que o documento que a Thais enviou, tinha sido direcionado a Coordenação da Central de Regulação, mas todos os trâmites já foram solicitar pela Diretoria de Atenção à Saúde em relação tanto ao Mutirão de oftalmologia, como ao credenciamento também do serviço de oftalmologia, da parte da Diretoria de Atenção à Saúde, já foi enviado agora está no processo da jurídico e Controladoria para verificar todos os itens e são muitos itens para poder abrir o edital do chamamento. A Dra. Juliana pede licença ao Presidente e faz um apontamento sobre o quinto ponto da pauta onde falou do CEREST, faz uma atualização que espaço estávamos fazendo obra, e estará pronto a partir do dia 06/03, na próxima semana, as adequações do espaço estão sendo finalizadas, acabou de receber essa notícia, na próxima semana terá essa finalização e posteriormente o processo de mudança Oitavo ponto da pauta: Resposta sobre os Protocolos de Atendimento nas Unidades de Saúde do Município. O Presidente passa a palavra para o Subsecretário Wilson Diz que no documento de expedido não estava muito bem explicado sobre a questão dos Protocolos de atendimento, porque os protocolos de atendimento de todas as unidades estabelecidas pelo SUS eles seguem os modelos e os tramites do Ministério da Saúde são disponibilizados a todas as pessoas que têm acesso à internet através do manual de acolhimento e que inclusive acabou de baixar para falar sobre ele, mas acredito que tenha sido a intenção seria não do protocolo, mas sendo fluxo de atendimento das Unidades de Saúde, no seu entendimento acredita que tenha sido isso a pergunta do documento que não estava muito claro então, na página 28 do documento que acabou de baixar aqui na internet tem um fluxo de atendimento e acolhimento de todas as unidades básicas estabelecidas no Brasil, seguindo os diretrizes de Ministério da Saúde, onde o acolhimento ele passa desde a primeira acolhimento, primeira escuta, que ao entrar na unidade de saúde, a primeira escuta é feita pelos ACS, onde vão fazer uma qualificação o primeiro acolhimento desses pacientes direcionado a um técnico que seria no momento técnico de enfermagem aonde vai fazer uma segunda escuta para a qualificação da demanda, que ele pode determinar entre o atendimento de enfermagem e o atendimento médico, porque às vezes podemos ter uma troca de algum documentação, tipo de informação e ou atendimento de espontânea de porta aberta para o atendimento, porém, esse fluxo não é meramente estabelecido pelo Município de Maricá, mas ele é um estabelecido pelo cronograma do próprio Ministério da Saúde que seguimos em todas as unidades de saúde. O Presidente diz que foi a Conselheira Leila que solicitou esse ponto de pauta, passa a palavra para a Conselheira que diz que fez essa observação por conta de um caso específico que houve, vai informar que teve oportunidade de passar uma tarde da Unidade 83, que todos chamam de Saúde Santa Rita, agora houve uma modificação, teve uma obra, que teve numa visita na unidade e que realmente teve uma mudança, mas anteriormente não acontecia como o Subsecretária está trazendo aqui, houve um caso em especial que trouxe na última reunião do Conselho, uma pessoa com sério ferimento por queimadura chega na unidade é atendida por um técnico e a equipe médica tinha saído de acordo com a informação do posto numa ambulância para uma atendimento na rua, não havia médico no posto de saúde, aí eles deixam a enfermeira que estava com a paciente administra o remédio nela, ou seja ela foi sem atendimento para casa, apenas com uma pomada e com orientações de queimadura então, mais tarde ela vai para um hospital particular porque tinha plano de saúde, e fica internada na UTI quase 10 dias então, assim como aconteceu com ela, a Conselheira disse que depois foi no posto de saúde, acompanhando uns três ou quatro atendimento dessa vez com crianças e nenhum deles teve atendimento médico, todos foram atendidos por técnicos e encaminhados para casa sem ser averiguado os verdadeiros quadros delas, inclusive uma estava com febre alta e foram encaminhadas de volta para casa, diz que acha que não é um procedimento de posto de saúde. O Subsecretário responde que esses procedimentos técnicos estabelecimento dentro da saúde, que a Conselheira disse que a paciente chegou na unidade do posto de Santa Rita da unidade básica com ferimento de queimadura de tanto estado do lado de uma emergência, então não entendemos muito bem a localização. Se fosse no caso emergencial, ele teria sido removido para unidade de pronto atendimento que era ao lado então, nesses casos quando acontece esse tipo de intercorrência solicitamos que abra um processo na ouvidoria para que passamos apurar os motivos éticos e técnicos, porque que o médico, que a Conselheira acabou de relatar que o médico da unidade saiu para um atendimento em ambulância que seria o motivo para não estar na unidade, entende que a pessoa não foi atendida, no quadro que a senhora já relevou logo a seguir de crianças não foram atendidas, o caso do médico da estratégia da saúde da família para atendimento infantil é



uma coisa que tivemos que retornar a cultura que a nossa cultura antigamente era que pediatra atendia crianças diretamente e hoje precisa passar pelo filtro do profissional médico da estratégia da saúde da família e depois ser encaminhado para o atual pediatra do NASF que estão nas atividades que não são do posto, mas sim da localidade, a serem atendidos não é que ele tenha sido levado para casa sem o atendimento, ele precisa ter sido agendado ou visto a necessidade de ser encaminhado para esse NASF, mas consegui ver isso através de procedimentos que vocês coloquem como ouvidoria, por que o posto só recolhemos a informação falada e quando abrimos o processo da ouvidoria, abrimos o processo para resposta, fazemos a apuração administrativa e apuração ética, vamos entender tanto do profissional que acredita que tenha Profissionais de Saúde também aqui e quando o atendimento do paciente que é direito de todo cidadão, ele tem o atendimento e estamos preconizando o atendimento mesmo que ainda tenha precariedade ter unidade pequenas para grande quantidade de cadastrados e não estamos com profissionais ainda na quantidade que desejamos para que sejam atendido por 100% da necessidade 100% não posso realocar seis médicos para uma unidade que não cabe 6 médicos, tem a responsabilidade de manter o atendimento, a responsabilidade dar atendimento a todo cidadão, mas precisamos apurar todos os fatos dessa forma e a melhor forma de apurarmos na gestão é através de processo é o que gera documento, respostas e o que conseguimos chegar a essas localidades. A Conselheira Leila diz que entende toda a explicação tudo de uma forma muito técnica, a questão é que lá na ponta, quem está com problema de saúde não sabem como que funciona, que foi no posto e viu que realmente estava com problema e deu a prioridade em ir no posto, até poderia ter ido no hospital particular, mas deu a prioridade para ver como era o atendimento se reclamar e assim não existe dentro dos postos de saúde nenhuma explicação, ficou três horas sem saber se tinha médico ou não dentro do posto de saúde da família e fiz questão de ficar para poder saber o que iria acontecer com ela, depois que foi atendida e dessa três horas, pensou que uma mãe que chega com uma criança com febre e convulsão, não tem condição e nem capacidade de identificar ou saber o que fazer sem essas informações, que está falando poderia ter um protocolo quando essa pessoa chegou com as queimaduras poderia ter dito que não tinha médica isso é uma emergência, você vai para uma unidade tal, com certeza ela teria entrado num carro e teria ido para a unidade indicada. O Subsecretário diz que no caso da Santa Rita, ela estava do lado da unidade de emergência, não vai nem entrar no mérito dessa realidade. Vamos entrar numa unidade do Recanto que seria uma unidade muito mais longe e na verdade em todo momento em que tem um fato emergencial, buscamos a unidade de saúde mais próxima da nossa casa por Segurança do paciente e com segurança de ter um profissional ali, nesses casos existe o Protocolos de acesso a urgência e emergência que os postos de saúde eles conseguem a notificação com a ambulância e essas ambulâncias chegam as unidades de saúde para a colher esses atendimentos. Então nesse tipo de protocolo mesmo, que seja conjunção, acidente que acontece muito em obras e em praias, que às vezes a localidade mais próxima é uma unidade básica de saúde é essa unidade já tem telefone e acesso direto da urgência e emergência para solicitação das ambulância, mas que a senhora falou foi um atendimento emergencial uma queimadura que estava próximo de uma unidade de emergência, então nesses casos também podemos, não tendo médico a unidade pode acionar urgência e emergência para poder fazer essa avaliação. A Secretária Geral diz não entender uma coisa, ela falou que não tinha o médico, porque tinha saído com a ambulância, o quê que o médico posto de saúde, tem que sair com a ambulância tinha uma unidade de emergência do lado, que era ali ter uma ambulância diz que não entendeu. A Conselheira Leila diz que está falando da questão do protocolo em si, que na própria unidade acaba não seguindo esse protocolo, o paciente na ponta não sabe disso, tem que ter essa informação do que fazer, onde fazer. A Conselheira Juliana diz que só para esclarecer o porquê que o médico de família estava saindo com um paciente na ambulância, como o Wilson falou temos dentro das unidades básicas da saúde família muitas das vezes casos de urgência e emergência, o próprio Ministério da Saúde estabelece um protocolo de atendimento de urgência e emergência na atenção primária em saúde porque, muita das vezes pode chegar paciente com dor precordial no peito enfartando, como tivemos recentemente em Itaipuaçu no posta da 53 uma paciente fazendo uma AVC agudo a paciente saiu da unidade e foi para o hospital Che Guevara para receber os cuidados, o que fizeram no ano passado, tentou trazer uma técnica no acionamento das ambulâncias e responsabilizamos o médico de família que está atendendo aquele caso, que reconhece aquela gravidade ele vai fazer o acionamento a unidade mais próxima, a ambulância e vai levar a remoção desse paciente que muitas das vezes pode se para o Conde, Santa Rita, UPA de Inoã ou Che Guevara, cita exemplo de ter recebido até paciente baleado e precisa de ambulância, quando não conseguimos de forma rápida fazemos o acionamento, cita outros procedimentos de acionamentos. A Secretária Geral diz ter entendido, mas ali no caso a urgência e emergência era do lado, é isso que não está entendendo. A Conselheira diz que não sabe exatamente o caso, que teria que ter uma ouvidoria do paciente, porque pode ter sido um paciente acidentado não vai para o Santa Rita ao lado, porque o Santa Rita não é unidade não tem centro cirúrgico, ortopedista entre outras especialidade, nesses casos a referencia é o Che, cita os protocolos para esses casos. A Conselheira Leila que nem questiona isso tudo, até entende não ter o médico, o que não entende foram as orientações dadas a paciente, o protocolo ela foi com uma enfermeira, estava com dores forte, chega numa unidade, entende que aquela enfermeira que estava acompanhando não poderia ter entrado na unidade e ter ministrado a medicação daquela unidade em um paciente, porque ela não era funcionária desse posto de saúde, isso pra ela é gravíssimo. A Conselheira Juliana diz que a ouvidoria que precisa ouvir os dois lados o do profissional e a sim conseguimos ter acesso à informação técnica e responder para o usuário porque, é direito usuário para nos respaldar e respaldar o próprio usuário também, todas as vezes que tiverem queixas de usuários que trazem para vocês orientem entre o canal da ouvidoria da Secretaria e façam porque vai chegar as nossas áreas de competência e vamos atrás da resposta técnica sobre o assunto. O Wilson diz que vamos ouvir o relato porque não temos apurar a parte administrativa e ética do profissional, porque precisamos buscar em cima de todos os documentos, abrindo ouvidoria vamos conseguir administrativamente buscar essa informação porque que foi dado essa orientação, por quem foi dado essas informações, temos que dar nomes aquilo porque se não vai ficar só o fato e não no que realmente precisamos apurar. A Conselheira Denise diz que queria colocar para a Dra. Juliana que tem muitas queixas da ouvidoria que seu pessoal faz e só uma teve a resposta, essa uma foi na terça-feira na emergência da 83, no dia 3 com crise renal, pedra nos rins e diabetes voltou na quarta-feira na quinta-feira ela foi para a UPA, mandaram para o Conde e morreu com 27 anos, e deixando três filhos pequenos é doloroso demais, não tem como ela Conselheira usuária e ela sendo a sua assistida há 10 anos na casa



de Maria , que para ela a moça era como uma filha, que morreu e ela vou dizer, foi negligência da forma, que está com o documento extra oficial do dia que ela foi atendida, e quer que da Secretaria de Saúde uma sindicância rigorosa, principalmente que quando ela entrou no Conde o marido e a mãe queriam ficar junto, disseram que iriam intubar e mandar para o Chê, ligaram para o Chê e não deixaram a família ficar, no dia seguinte ligaram do Chê às 10 horas da manhã para levar os documentos que ela tinha muito morrido, agora ficaram três crianças órfãs, pede ao Subsecretário por favor que nos passasse aquilo que nós conversamos existe uma demanda que profissionais têm mandado mensagem chorando. Na segunda ou terça-feira, inclusive na segunda-feira, ela estava numa reunião no Conselho ansiosíssima, com a Conselheira Rose Mary e Conselheiro Edson para nós irmos socorrer esses profissionais para ver o que podemos fazer junto com a gestão, pede para juntar com a Gestão para tentarmos ajudar, cita que uma menina quase levou um soco dentro do rosto e foi xingada dos piores nomes porque eles perderam dentro mais de 10 profissionais dentro da unidade, na unidade São José perdeu um monte também está numa pressão horrível, diz que estão lhe pedindo ajuda e ela está com as mãos atadas. Infelizmente precisou sair da comissão e não tem como ajudar então, pede ao Subsecretário que explicasse para o Conselho para que fique registrado em ata o que está sendo feito pela Secretaria para o socorro principalmente desses profissionais, que os usuário já está mal, que já declarou aqui que atenção básica está problemática há muito tempo, mas agora sem profissional na ponta que ele explique por favor. O Subsecretário diz que primeiro vamos falar sobre a questão da ouvidorias, que é um profissional de saúde que lê as ouvidorias e busca dentro delas é se direcionar dentro do serviço no município, tem recebido inúmeras ouvidorias desde que assumiu a pasta e todas elas sentiu a necessidade de olhar uma à uma para saber mesmo até a parte de funcionalidade, inclusive na época necessitava de um profissional e que conseguiu através da contrapartida do estágio com a Universidade de Vassouras e essa pessoa me direcionada somente para distribuir e cobrar essas ouvidorias em resposta e tem respondido essas ouvidorias que antes demoraram dois meses que tem respondido no máximo em cinco dias tem dado esse retorno, diz não saber quando essa ouvidoria chega no ponto de início do processo, se ela é passada diretamente para o profissional, ele apura, busca através da gerência dos médicos RTs as respostas e dos atendimentos, temos retornado com até com demandas do Ministério da Saúde, com busca ativas de atendimento, BAM, cópia dos atendimentos e exames, tem respondido em tempo bem rápido, porque hoje tem uma pessoa única pessoa que faz todas essas resolutivas dessas ouvidorias. Quanto à questão dos profissionais nós estamos numa fase sensível, de transitória não somente da Secretaria, mas do serviço que acabaram de ser renovado a questão do contrato de GNOSIS para continuidade do serviço, nessa continuidade temo problemas, temo o processo administrativo precisamos cumprir para garantir o direito do cidadão e o direito do trabalhador, então foi dado a questão aviso prévio como garantia e depois foi suspenso só que alguns não, uma surpresa muitos profissionais, acho que 160 e poucos profissionais eles se aproveitaram do momento e saíram do município, nós somos um município que durante muitos anos, quem é de Maricá sabe que está falando da dificuldade de consolidar profissionais do município é muito complicado, muito complexo e muito difícil e uma dos profissionais mais difíceis de realocar no município é a classe médica, porque nós temos o problema da interiorização, temos bairros que são muitos distantes como o Espriados, Ponta Negra, Jaconé das bases metropolitanas e o que é atrativo para eles, não é só Maricá o que para eles é o mais fácil, de maior acesso, de maior recurso de atendimento, de maior complexidade do sistema e Maricá, agora está crescendo então agora estamos sendo diferenciado porque, temos profissionais do município se formando em medicina pelo Município, vamos ter um futuro melhor, mas até que chegamos a esse padrão, ainda estamos em busca de profissionais que venham das grandes metropolitanas para poder atuar em Maricá e com essa defasagem dessa quantidade de profissionais agora com a renovação do contrato, mas a OS responsável pela atenção primária GNOSIS já está abrindo os processos seletivos para contratação de profissionais e reposição desses profissionais. Assim como nós da secretaria junto com Dra. Juliana anterior a Dra. Solange também já tinham aberto mais nove vagas Mais Médicos para fortalecimento que já é uma base nossa da atenção primária fortalecer tanto as unidades de saúde que tem apenas uma equipe nós temos pelo menos dois médicos em atendimento, um médico contratado e um dos mais médico para que a consigamos trazer melhorias aos pacientes que estão e às vezes em localidade muito distante como Recanto, Espriado e Retiro, se não engana também estava com esse problema, mas já temos mais médicos nesse nessas localidades, e aí quando conseguimos estabelecer uma estrutura fortificada, tivemos esse problema então, a secretaria hoje tem se empenhado agora em acelerar esses processos para que não tenhamos os problemas ainda maiores para reposição deles, já estamos em comunicação com a organização social e ela já estão abrindo esse processo para reposição e também estamos intensificando esses mais médicos que estão chegando para somar nessas unidades para que possamos ter sucesso. O Presidente lembra que já havia combinado no início da reunião que seria dois minutos para cada Conselheiro, agradeço a participação do Subsecretário Wilson pela participação. O Conselheiro cunha que a a comissão verificou através da empresa que opera hoje com ambulância aqui, a LEFE tem no contrato 14 ambulâncias, sendo 04 ambulâncias UTIs e 10 ambulâncias básicas em visitas nossa que foi ele, Anna Quintanilha e Jorge, vimos que ambulância e temos provas aqui que tem ambulâncias no contrato ela tem que ter de um ano a dois anos de uso, tem ambulância aqui tem 4 anos de uso, tem ambulância que nos chegou para nosso conhecimento que chove dentro da ambulância. E aí nós fizemos uma recomendação a Secretaria solicitando que essa empresa não renovasse, aí nós tivemos um ofício da Isis Cunha da Silva informando que não haverá prorrogação do contrato emergencial celebrado com a empresa LEFE emergência médica, só que esse contrato termina gora em março então, a reivindicação pede que seja registrado em ata que o Conselho vamos solicitar a vocês que essa empresa não possa mais licitar dentro do município que realmente até a Doutora Solange em uma reunião conosco na sala do Conselho, ela realmente constatou essa questão dessa empresa que realmente ela depõe contra até pelo sistema de saúde que tenha para hoje trabalhar, que vê que vocês estão tentando ajudar as coisas, e essa era sua pergunta se você está ciente disso. O Subsecretário diz que essa parte das ambulâncias, não é sua responsabilidade porque é mais vinculado da urgência e emergência. Mas durante muito tempo trabalhou na Secretaria de Saúde nos processos administrativo e nos processos de contratações de serviço, dentro desses contratos. existem os fiscais que fazem a apuração e fazem toda essa parte de reconhecimento dos bens e das aplicabilidades daquilo que precisa se constar dentro do processo seguindo os protocolos dos editais que são estabelecidos por lei municipal que são para atender essa demanda então no caso, a primeira coisa que precisa ser solicitada através desses fiscais desse contrato a fiscalização a



561 buscar ativa de todos esses apontamentos que você possa está pedindo e solicitando a Secretaria, provavelmente a Secretaria vai notificar esses
562 fiscais para que eles façam toda essa apuração e que conste nos autos do processo todas essas recomendações que o senhor está colocando. O
563 Conselheiro Cunha diz que isso vem desde 2023, inclusive os fiscais já foram convocados e não vieram aqui, explica que a comissão juntamente
564 com o Conselho vamos entrar agora no Ministério Público, vamos encaminhar essa questão, já fundamentado, toda a documentação, foto das
565 ambulâncias e vai se encaminhar para o Ministério Público porque vocês da Secretaria estão respondendo e nem estão dando respaldo para nós
566 aqui, então estamos comunicando a vocês. O Subsecretário diz que entende em trazer esse comunicado da apuração que o senhor já fez para
567 constatar só fortalece aquilo que precisamos como respaldo para poder fazer ou não fazer a renovação. Então dentro de toda a parte documental
568 que o senhor apresentar vai ser estabelecida e apurado dentro do que o senhor apurou. O Presidente diz que ficou uma lacuna com relação essa
569 informação foi solicitado, que estava dessa reunião junto com o Conselheiro Cunha entre outros Conselheiros a Doutora Solange onde o
570 Conselheiro Cunha passou essa informação, trouxemos para a reunião plenária do Conselho também, foi solicitado a vinda dos fiscais de contrato
571 para que pudesse passar o panorama para eles da situação e não vieram até hoje, então ficou essa lacuna em aberto. O Subsecretário diz que
572 esgotado todas as tentativas daquilo que se propõe dentro do processo, esgotando todas as tentativas de buscas de resolução para solucionar o
573 problema é uma questão administrativa que implementaram que o Conselheiro Cunha está colocando, cita todos os procedimentos de conclusão
574 do processo. O Conselheiro Cunha diz que a intensão do Conselho é nunca briga com a Secretaria é pelo contrario é ajudar a Secretaria, mas
575 chega numa situação que não tem mais como suportar. O Vice Presidente diz que foi celebrado um contrato com a FEMAR para que ela
576 substituisse a OS, pergunta o porque da renovação com a OS e porque a FEMAR não assumiu a gestão das unidades. O Subsecretário diz que na
577 verdade também deveria ser mais participação da Secretaria, mas FEMAR entrou como uma criação de uma Fundação Estatal Municipal e toda
578 a criação ela depende de tramites, processos público e se tornando um processo de públicos eles são processos que eles precisa de etapas a serem
579 cumpridas, de avanços de documentação, de processos que acontecem que na verdade entre um particular e o público não sabe que o público
580 acaba sendo muito mais moroso e até que a FEMAR consiga estabelecer todos os processos em linha de contratação, de cuidado de atendimento
581 ela não consegue entrar para execução, até que ela consiga formatar toda parte estrutura administrativa para execução do contrato que começar
582 a exercer a função, de acordo com a tomar a posição e executar a função das OS para substituir, ela não vai conseguir substituir de uma hora
583 para outra também. Ela vai vir em processos de avanço até que ela consiga dar a execução e ampliar o serviço, mas a doutora Cláudia vai
584 conseguir explicar melhor. O Vice Presidente diz que a questão da FEMAR que até 2024, ela já estaria atuando no município e não é isso que
585 está acontecendo. A Conselheira Cláudia diz que o grande problema porque pegamos na parte administrativa uma transição como uma legislação
586 de licitação que mudou a lei 8666 para a nova lei 14.133 que é uma lei muito complicada, como já expliquei até para vocês e muito burocrática,
587 com muito volume de documento necessário, ETP (Estudo Técnico Preliminar) é uma coisa assombrosa enorme, gigante é uma coisa surreal
588 mais está acontecendo no mundo inteiro então, essa de legislação e licitação foi de 2023 mesmo, então já entramos atendendo e foi uma
589 recomendação de governo a nova legislação da licitação que e realmente é muito burocrático, muito demorado mesmo, explica que coisas simples
590 tem cinco volumes de processo, que o grande problema é esse, e como toda gestão é uma coisa enorme temos que fazer uma ETP para cada
591 item, então é uma coisa realmente, o azar para pegar mesmo a mudança da legislação que é muito mais simples por uma licitação nova, então
592 isso é que está demorando, são os trâmites burocráticos a ser vencidos, já vencemos muitos, mas não adianta pegarmos a atenção primária com
593 um, dois ou três itens tem que ter a Plenitude. Diz que não consegui só que o médico ou só com medicamento então, é esse o problema. O
594 Vice Presidente diz que o que chamou sua atenção foi o montante no início de 2023 o que foi usado de verba para a FEMAR e ainda não saiu
595 ainda a FEMAR. A Conselheira Cláudia diz que essa questões até aconselho o próprio Conselho Municipal que seja feito essa prestação contas
596 aqui até desse trâmites burocráticos, para dizer claramente alguns ela já levou, em que o Conselheiros: Jorge e a Anna Quintanilha estava presente
597 também. A Secretária Geral diz que essa prestação de contas foi enviado. A Conselheira Cláudia diz que é esclarece os trâmites burocráticos
598 encontrados nos próprios contratos. O Presidente chama a atenção para se terem na nossa ata desde o início que está falando que o ponto da
599 pauta é resposta sobre os protocolos de atendimento nas unidades de saúde do município, já estamos indo na FEMAR, no contrato sabe que existe
600 um anseio da sociedade dos Conselheiros para que tiremos certas dúvidas que às vezes não vai surgindo no meio da reunião, precisamos pautar
601 isso para não termos um desperdício de tempo, ainda tem ainda mais três pontos de pauta. Agradece ao Subsecretário Wilson pela presença.
602 Nono ponto da pauta: Apresentação e Aprovação do novo logo do CMS-Maricá refeita. A Conselheira Flávia diz que devido a importância de
603 fazer a divulgação do nosso Conselho nas mídias, fizemos um logo parecido com o que já tínhamos por causa da solicitação dos colegas, diz que
604 concorda que tenha ficado melhor assim e veem apresentar o que a comissão realizou para aprovação, se tiver alguma pergunta ou mudança, mas
605 acha que ficou bem visível. O Conselheiro Moisés diz que a ideia de criar a comissão de comunicação ou de mídia como estamos chamando é
606 porque entendemos que é de extrema importância comunicarmos com a população do que é feito nesse espaço aqui, que se presta o Conselho
607 Municipal de Saúde, para que ele serve, e seguindo inclusive recomendação do próprio Ministério Público e pelo que está vendo acha que hoje
608 não tá sendo gravado, inclusive precisamos até gravar e precisa ser transmitido seguindo uma orientação do próprio Ministério Público, então a
609 comissão de mídia vai de encontro a isso, corroborando com o ministério público para que possamos anunciar a população Maricaense, quais
610 são as discussões que circulares colegiado. O Presidente diz que isso foi uma conversa que já tivemos com a Doutora Solange na última reunião,
611 aonde teve aquelas recomendações do Ministério Público uma delas era justamente. Inclusive a transmissão dessas reuniões e deixa aqui até
612 para Doutora Juliana esse convite para que depois que impossível, sentarmos para começar alinhar essas questões que ficaram pendentes relativa
613 essas recomendações do MP, para que conseguirmos trazer o aporte necessário tanto de material, nosso espaço, sala do Conselho e também fazer
614 esse link com a comunicação da prefeitura para viabilizarmos as transmissões das reuniões pelo YouTube ou outra plataforma similar. Então
615 voltando aqui a questão do logo, ele se faz presente e necessário em tudo que é identificação visual do Conselho, dos documentos, as divulgações
616 midiática do Conselho que se faz necessária para a sociedade. Hoje é uma sociedade que vive na rede social e extrema importância está



fomentando o que temos feito, nossos encaminhamentos, nossas participações, Hoje temos uma Conselheira Municipal de Saúde acumulando com o Conselho Estadual, que tem também demandas que podem ser trazidos e discutidas aqui e também difundida para a sociedade local e tudo isso começa. A comissão chegou a esse entendimento que deve-se começar pela identidade visual do Conselho precisa ser reformulado. Então essa é a proposta está colocando para aprovação do Pleno. A Conselheira Denise falar que está lindo que é urgentíssimo que já era para ter acontecido a muito tempo e que quer participar da comissão, que é sua área e também como o Presidente falou agora vai ter muitas informações de tudo que é relacionado na saúde, que gostaria de colaborar com a comissão e parabeniza quem fez um logo que está muito lindo. A Conselheira Flávia diz que a respeito da informação que são enviada pelas comissões que a comissão de mídia vai estar avaliando toda essa publicação, cita uma acontecimento anterior sobre as publicações. O Presidente coloca em votação e diz que aqueles que aprovam permaneçam como estão. A Secretária Geral diz que quer declarar seu voto, que não concordo com a mudança do logotipo é pleno acordo com comissão de mídia que precisamos avançar, precisamos dar informações, precisamos nos atualizar, mas não vejo a necessidade de se trocar um logotipo que já venha ano já é uma identidade então, dizer que o Conselho não tinha identidade, ele tem identidade, não concordo. O Presidente diz que respeita o posicionamento da Conselheira, mas existe mais alguém que seja o contrário, na verdade não é que o Conselho não tem identidade sempre teve, estamos no intuito aqui trazer uma personificação mais aprimorada, elaborar uma atualização do Conselho, que hoje é um composto por pessoas de classes diferentes, tivemos uma ampliação do Conselho, teve um aumento de cadeiras. Enfim, então toda a ideia está baseada em conjunto com o sentimento de pertencimento maior algo inovada e algo renovado então, na verdade um intuito de se criar um logo nova nesse sentindo. A Conselheira Aparecida diz que concorda com a Anna Quintanilha que gostava mais do logo antigo, que não conseguiu entender o porquê das mudanças. Quando ler daqui já sabe que o Conceito Municipal de Saúde, a palavra SUS está presente, era mais pessoas, nesse novo vê menos pessoas então, sinceramente não conseguiu entender a ideia. A Conselheira Flávia diz que a mudança se deu porque não tem mais essa fonte, inclusive tentamos falar com a pessoa da prefeitura mas não temos mais essa fonte. Então se tivermos que reproduzido por exemplo em um banner o antiga logo vai ficar totalmente desfigurada, criamos uma nova para que fosse substituída e que tentou chegar o mais próximo possível da antiga, mas sim não tiveram de acordo e for unânime, mas foi por esse motivo porque não temos uma fonte mais. O Presidente diz que é questão de encaminhamento então, só um voto contra da Conselheira Anna Quintanilha segue aprovado. Décimo ponto da pauta: Sugestão de pautas para Próxima Reunião. O Presidente pergunta quem tem sugestão de ponto de pauta para a próxima reunião. O Conselheiro Cunha diz que gostaria de solicitar que fosse enviado um ofício convocando os fiscais de contrato Ian Victor de Oliveira Mendes, Maria das Dores da Silva e Patrick Pessoa esses são da comissão de fiscalização do cumprimento do contrato n.14823 de 2018 das ambulância, que gostaria que na próxima reunião estivessem aqui para nos informar porque eles fizeram um laudo aprovando essa ambulância que nós realmente constatamos que elas não estão em condições que está circulando dentro de Maricá. A Secretária Geral diz que é porque tem aqui um ofício da Secretaria de Saúde solicitando que para a próxima pauta inclua a aprovação da prestação de contas do ano de 2023 do Fundo Municipal de Saúde. O Conselheiro Moisés diz que queria deixar como sugestão de pauta, aproveitando que nossa colega recém chegada Dra. Juliana, seja bem-vindo falou que o CEREST terá a sua sede entregue agora no dia 06 de Março. Então queria pedir gentilmente que no próximo encontro nosso que vai ser o final do próximo mês, para que a gestão pudesse nos apresentar esse novo equipamento que vai ser entregue bem como as condições mínimas para o funcionamento incluindo recursos humanos, pessoal bem como bens móveis: mobiliário, carro, equipe mínima, sabemos que tem portaria própria que fala qual a equipe mínima que precisa ter inclusive profissionais médico, enfermeiro então, deixa como sugestão e um outro ponto de ponto que gostaria de pedir ainda em cima da saúde do trabalhador e da trabalhadora é necessário que se tenha referência técnica no município, que ele não conseguiu descobrir no município de Maricá, quem é a referência técnica, o Ministério da Saúde hoje diz referência técnica em alguns lugares vão chamar de saúde do trabalhador PST então, que apresente a referência técnica porque não conseguiu descobrir. A Secretária Geral diz que ficou também a resposta sobre oncologia e oftalmologia. A Conselheira Denise diz que quer solicitar a leitura do Regimento Interno em plenária para que todos tenham ciência e para equívocos que tem sido cometido atrapalhando seriamente o serviço do Conselho, sejam desfeito. Que o Presidente vai dizer que todo mundo tem acesso, que é para todo mundo ler junto, é rápido não é demorado, já fizemos isso na sala a revisão do Regimento. Afirma que estamos com sério problema de compreensão do Regimento isso é grave tem causado transtornos muito sério, então solicita, por favor, que seja lido pelo menos na questão de funções e atribuições, formação de comissões, atribuições das comissões, direitos das comissões que sejam lido neste plenário para que não fique mais nenhum tipo de dúvida e situações que tem sido muito complexas. O Conselheiro Moisés diz que acabou esquecendo queria pedir mais um pouco de encontro que a Conselheira Denise está colocando, mas falei na reunião ordinária de dezembro a lei que cria o Conselho a última que foi em 2021 a própria lei que fala que essa lei precisa ser revisitada a cada dois anos e chegamos na hora de visitar essa lei. Então quer sugerir aqui e deixar como sugestão de pauta para que possamos colocar em aprovação um grupo de trabalho ou comissão, como quiserem chamar algo temporário, ele vai executar esse trabalho, vai submeter ao pleno e depois ele cessa não para que possamos revisar o regimento interno e a lei que cria o Conselho Municipal de Saúde. A Conselheira Denise pede ao Presidente que não seja contra porque é muito sério. O Presidente diz que não é contra, que aqui é um colegiado, é decidido de forma democrática que não está em estados de exceção a única coisa que queria colocar aqui que ao invés da aguardar a próxima reunião para poder criar um grupo de trabalho isso já poderia ser criado ao longo do mês sobre a mudança da lei, criar um grupo de trabalho para começar a trabalhar a lei, parece que esse grupo de já existe um grupo podemos visitar quem são os membros fazer inclusão de novos, quem que não tiver disponibilidade que já está no grupo não tiver disponibilidade sai dá lugar para outro e assim vamos e não precisa aguardar a próxima reunião para criar essa iniciativa. Décimo primeiro ponto da pauta: Informes gerais. O Presidente pergunta se alguém gostaria de se inscrever para fala. O Conselheiro Cunha diz que gostaria de convocar os Conselheiros que tenha disponibilidade para ser criado uma força tarefa para acompanhar esse processo e o desdobramento que está acontecendo na Secretaria de Saúde, até porque nós conhecemos a Dra. Solange que



673 acha que quase todos Conselheiros aqui tem uma satisfação e gosta da Dra. Solange e essa comissão ia acompanhar oficialmente na Polícia
674 Federal, no Ministério Público e no Tribunal de Contas para nós termos realmente a transparência do que está acontecendo. Lógico do Conselho
675 de saber o que está acontecendo e é uma lei e nós temos o direito e nós vamos fiscalizar, então gostaria que seja aprovado e criado, pergunta
676 quem pode se manifestar para acompanharmos esse andamento. O Presidente diz que ainda dentro dessa fala do Conselheiro Cunha está
677 franqueada da palavra. O Conselheiro Vicente chama a atenção para que os Conselheiros use o microfone, diz que a saúde de Maricá é nota zero
678 para toda a imprensa, que a saúde de Maricá tem 16 anos de alta riqueza nesse de governo e não saiu do zero é a pior saúde que Maricá já teve,
679 que fala com propriedade porque tem mais de 25 anos nesse Conselho e tem 50 anos de briga em Maricá, parece que aconteceu nada porque só
680 desapareceu 70 milhões, oito milhões para uma escola de samba e tal e aqui para se conseguir um mamógrafo foi uma briga de 10 anos que
681 ainda não está funcionando e para se conseguir um oftalmologista e oncologista aqui também ouviu a Secretária falar que está em andamento
682 isso já tem 03 meses, pergunta quando sua visão vai ser restaurada aqui em Maricá, porque Maricá é riquíssima, afirma que isso aqui é
683 brincadeira, vamos trocar logo, falar o quê para o povo, para mostrar o que é para o povo, qual é o resultado que esse Conselho dar para o povo,
684 se para a imprensa que acompanhou todos o caso, a imprensa que acompanha todos os dias, a assistência primária que é básico aqui do
685 município, que acompanham nos postos nada modificou, o atendimento de todos os postos estão péssimo, que ontem viu que a empresa
686 também, que nós somos informado pela imprensa, então a empresa também comprovou que tem muito funcionário da saúde de Maricá que é
687 de São Gonçalo. Será que nós não temos competência para termos funcionário que respeite o paciente de Maricá, e que nos trate e nos receba
688 nos postos de saúde, nós temos que mudar tudo isso, aí depois mudamos logo. Diz que conversou com o Conselheiro Cunha que o Conselho
689 deviria ter um Conselheiro usuário dentro da Secretária de Saúde nas reuniões que forem feitas para se criar coisas novas, contratar OS, para nós
690 saibamos aqui através deste Conselheiro as notícias para não precisarmos da Polícia Federal ou da entrega. O Conselheiro Cunha diz que isso
691 já é lei e tem prerrogativa para estrar atuando nessa questão não atua porque realmente é vamos deixando as coisas acontecer, não atua porque
692 realmente é vamos deixando as coisas acontecer, mas é aquilo só ficamos informado das coisas que acontece pela imprensa, infelizmente é a
693 realidade, que está no Conselho há três anos e só sabe das coisas quando sai na imprensa que não deveria ser, apesar que a Dra. Solange
694 sempre trabalhou e quando ela entrou agora, a Dra. Simone foi uma péssima para ele, foi quando teve mais briga no Conselho foi com ela,
695 quando veio a Dra. Solange entrou ficou tudo muito bem organizado e agora espera que com a nova Secretária que podemos ter esse trabalho
696 com ela, acha que deveria ter um Conselheiro passando informações quando houver uma mudança, que chamasse um Conselheiro e mandasse
697 e não botar em cima da hora, recebemos aqui convite depois que já passou ou recebemos informações pela imprensa que está acontecendo.
698 O Presidente pede que vocês organiza sua linha de raciocínio que entende o desabafo, que temos uma série de sentimento reprimido, mas é
699 uma colocação, vocês falaram uns 10 desejos ao mesmo tempo e está tentando entender o que vocês querem. O Conselheiro Cunha diz que fez
700 uma colocação solicitando que poderia ter um conselheiro dentro da Secretaria atuando junto a isso é o direito que nós somos fiscalizadores, que
701 colocou se podíamos criar uma comissão para ir no Ministério Público, na Polícia Federal oficializado pelo Conselho que se ninguém se opor
702 ele se prontifica a fazer parte dessa comissão, justificar a criação dessa comissão e seus pontos de atuação. A Secretária Geral coloca que as
703 pessoas ainda não entenderam a responsabilidade de um Conselheiro, nós temos uma responsabilidade sobre isso sim, nós somos órgãos
704 fiscalizadores, se por um acaso agora nós não estamos sendo questionados não impede que futuramente nós sejamos chamados prestar alguns
705 esclarecimento então é o que a gente acompanhe de perto, a nossa intenção aqui é mostrar que o Conselho também está atento, que fiscaliza e
706 pede as informações e assim o inquérito vai continuar, por enquanto temos que aguardar qual é a análise que eles vão fazer, que a justiça vai
707 fazer eles que vão dar o resultado, mas nós temos que acompanhar. Porque nós não estamos isentos de amanhã ou depois também sermos
708 responsabilizados. O Conselheiro Moisés traz um pensamento, que a Conselheira Anna Quintanilha trouxe um ponto de importante para
709 pensarmos, várias falas circularam a cerca disso, acha que precisamos entender qual é o papel do Conselheiro de saúde e aí, existem limite
710 naquilo que é papel nosso como fiscalizador, como órgãos construtivo, deliberativo e não sabe e não senti à vontade. Por exemplo, apesar de
711 nem ter voto, mas nem me senti à vontade por exemplo para criar uma comissão para ir acompanhar a Polícia Federal, acha que é assim, a Polícia
712 Federal pode dizer “Opa, Calma aí você é Conselheiro, te respeito, mas aqui, não deixa que a gente toca daqui” acho que tem uma série de contas
713 que aprovamos, analisamos e fiscalizamos, mas dentro de uma determinada atribuição que é muito bem demarcado, nesse sentido esqueceu mais
714 veio com isso na cabeça para saudar, os Conselheiros e Conselheiras que concluíram com êxito o curso de formação de Conselheiro e Conselheira
715 Saúde oferecido pelas escola de saúde pública FIOCRUZ que esse curso foi muito enriquecedor, quem participou desse curso talvez esteja
716 compreendendo o que está falando, que existem limites, atribuições, dever e direitos que não pode ultrapassar aquilo que nos cabe. A Secretária
717 Geral diz que temos consciência, mas ninguém disse que vai entrar dentro do processo da Polícia Federal. O Presidente diz que foi solicitado a
718 proposta da criação de uma comissão para que acompanha as diligências investigações da polícia, a Secretária geral diz que é acompanhar os
719 relatório, do que estão querendo saber por exemplo, o relatório do Tribunal de Contas também que parece que foi o estopim para tudo isso
720 então, precisamos saber o que o Tribunal de Contas está cobrando para saber exatamente o que está acontecendo, até porque ali tem aprovação.
721 Nossa. A Conselheira Juliana propõem que na próxima reunião trazer os esclarecimentos, vai convidar a nossa Advogada Doutora Suelen para
722 fazer os esclarecimentos sobre o ponto do relatório do Tribunal de Contas, esse conteúdo é público, que esse relatório ainda não foi concluído,
723 mas nós teremos acesso, vai estar de forma pública na página do próprio Tribunal de Contas, sobre o processo com a Polícia Federal é um
724 processo pessoal dos envolvidos, esse processo de fato, não temos acesso nenhum de nós, ele é sigiloso e pessoal envolve as pessoas, nem nós
725 mesmo quanto Secretaria temos acesso mais ao relatório do Tribunal de contas temos e se vocês quiserem na próxima reunião, podemos fazer
726 esclarecimento e ainda a Dra. Suelen que está à frente de todas essas demandas juntos com os outros colegas advogados podem fazer qualquer
727 esclarecimentos que quiserem. O Presidente diz que em relação à criação da comissão foi explicado o intuito dela, coloca em votação a criação
728 dessa comissão no caso pelo seu entendimento seria uma comissão temporária, para tratar de um momento específico. Dra. Juliana diz que não



compreendeu a comissão de fato e ficou com dúvida sobre aprovar ou não. O Presidente explica que seria uma comissão temporária tratar justamente de abrir vistas dentro do rol competência do Conselho logicamente abrir vista junto ao tribunal de contas elaborar um estudo mais minucioso do caso em questão para poder trazer em atualização para o Conselhos, em tudo aquilo que tiver o Conselho puder ter acesso dentro do seu rol de Competência logicamente, não vai se extrapolar isso. O Presidente coloca em votação foi aprovado por unanimidade, ficando a Comissão composta pelos Conselheiros: Antônio Carlos Cunha, Anna Maria de Carvalho Quintanilha e Jorge Alberto Rispoli com reunião agendada para o dia 04/03/2024, às 10 horas na sala do Conselho. A Conselheira Aparecida lembra as comissões que participa da Comissão da Pessoa com Deficiência, mas acabamos se perdendo então, gostaria de ver com a comissão da Pessoa com Deficiência e Saúde Mental quando pode ser agendado a reunião e também a comissão da mulher foi criada. A Secretária Geral informa que a comissão da mulher vai ter uma reunião amanhã às 14 horas da tarde. O Presidente sugere que trata disso no grupo do WhatsApp porque precisa encerrar a reunião agora, encerra a reunião às 17:05 (dezessete horas e cinco minutos), agradecendo a presença de todos que já passaram por aqui, convida a todos para a próxima reunião ordinária, vai ser dia 21 de março às 14 horas nesse mesmo local. Eu, Laudeci Costa, Secretária Executiva, lavrei a presente ata, que foi revisada pela Secretária Geral Anna Maria de Carvalho Quintanilha que, por expressar a verdade, dato e assinada juntamente aos Conselheiros presentes, Maricá, 29 de fevereiro de 2023. XXX

Bruno de Souza Lougon
Gestor – Sec. da Cidade Sustentável
Presidente

Laudeci Costa
Secretária Executiva

Jorge Alberto Rispoli
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá
Vice Presidente

Anna Maria de Carvalho Quintanilha
Usuária: Ass. de Mor. e Amigos do Bairro Santa Paula
Secretária Geral

Antônio Carlos do Rego Souza
Usuário SINDSERV
Tesoureiro

Flávia Cardoso Gomes Canella
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Renata do Nascimento Frazão
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

Vicente Raimundo da Silva
Usuário – Rádio Sideral

Juliana Nogueira dos Santos
Gestor – Sec. de Saúde

Claudia Rogéria de Lima Souza
Gestor – Sec. de Saúde

Marcos de Souza Pires
Ass. Médica de Maricá

Antônio Carlos da Cunha
Usuário – Cruz Vermelha Brasileira

Denise Marchon Tinoco
Usuária - Ass. de Morad. E Amigos do Recanto de Itaipuaçu -
4º Distrito

Rose Mary de Melo Bruce
Usuário – Ass. de Mord.de Cordeirinho
2º Distrito

Igor da Silva Rodrigues
Gestor – Sec. Urbanismo

Danielle Torres Xavier
Usuária – FAMMAR

Ana Mayda Ordonez Vieira
Gestor – Sec. de Saúde

Eliane Fontes de Araújo
Usuária - Grupo Humanos Diversidade LGBTI de Maricá

Moisés Antônio de Melo Abrão
Usuário- Sindicato de Educação de Maricá

Adriana Domingues Picanço
Ass. dos Prof. de Saúde de Maricá

João Batista Lins Guilhermino
Prestador de Serviço- Laboratório PH

Maria Aparecida de Carvalho Siqueira Garcia
Ass. Pestalozzi de Maricá

Leila Maia da Silva
Usuária – Templo Espiritualista ARUANDA